

DOI:10.4025/5cih.pphuem.2201

As Instituições de Poder na Esparta Clássica: Diarquia e Narrativa Mítica

Prof. Luis Filipe Bantim de Assumpção (NEA/UERJ)

Resumo: Dentre as diversas peculiaridades das quais temos conhecimento sobre a *pólis* de Esparta, a instituição política da Diarquia (δύο βασιλείς) seria um dos elementos de maior relevância no âmbito da sociedade dos lacedemônios. Essa forma de poder foi mantida no território da Lacedemônia, até o período helenístico da Hélade (século III a.C.). Dessa maneira, objetivamos analisar a função do mito como um instrumento de sustentação do poder político da Diarquia, no imaginário social dos cidadãos espartanos do período Clássico. Com o intuito de apreendermos o maior número de informações provenientes das documentações textuais por nós utilizadas, empregamos o método da *Análise do Conteúdo*, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Antiguidade em forma de uma grade, a partir dos estudos elaborados pelo lingüista lituano Algirdas Julien Greimas. Ao interagirmos a metodologia com o referencial teórico empregado em nossas pesquisas, acabamos por nos valer da definição conceitual de Mito, proposta pelos especialistas Mircea Eliade, Maria Regina Candido e Irad Malkin. Todavia, ao dialogarmos com os pensamentos do historiador Carlos Eduardo da Costa Campos e do filósofo Bronislaw Baczko, analisamos a maneira como os atores sociais de Esparta teriam se valido da narrativa mítica com o intuito de legitimarem seus poderes políticos, no interior de sua dita sociedade.

O Mito sobre o qual tecemos nossa análise se fundamenta pelo retorno dos descendentes de Hércules – os Heráclidas – a península do Peloponeso. Através do trabalho empreendido pelo mitógrafo francês Pierre Grimal, notamos que os segmentos sociais mais abastados da Lacedemônia, fundamentavam sua posição político-social mediante a sua ligação com os Heráclidas, somando-se a invasão dos dóricos. Nos dizeres do historiador norte-americano Nigel Kennell, até mesmo o processo migração dórica foi associado ao regresso dos “filhos” de Hércules, para endossar o proeminente posicionamento político dos *esparciatas*.

Por fim, fomos capazes de concluir que a Dupla Realeza, junto aos segmentos sociais detentores do poder político em Esparta, ao se valerem do imaginário social dos indivíduos e vincularem sua autoridade com uma determinada narrativa mítica, tornaram-se capazes de legitimar sua influência no interior de sua Cidade-Estado. Dessa maneira, a Diarquia tornava-se capaz de promover a coesão social, ao endossarem sua Hegemonia de poder mediante o discurso proveniente da tradição ancestral.

Palavras-Chave: Esparta – Sociedade – *pólis* – Narrativa Mítica – Imaginário Social – Hércules – Heráclidas – Peloponeso – Política – Diarquia.

Mediante as análises que se desenvolveram sobre o Mundo Helênico, principalmente as que correspondem ao período Clássico, podemos notar que a *pólis*¹ (πολις) de Atenas se estabeleceu enquanto um modelo ideal de Cidade-Estado grega, cujos valores culturais seriam o ponto basilar para o desenvolvimento das sociedades ocidentais contemporâneas². Todavia, concomitantemente com a expansão dos interesses políticos e culturais dos habitantes da Ática, temos Esparta, que embora não priorizasse as diversas manifestações artísticas do século V a.C. – tais como a literatura, o teatro, o artesanato –, teria impressionado muitos outros povos helênicos pela maneira como incutia um patriotismo rigoroso ao seu corpo de cidadãos (POMEROY, 1999: 131).

Contudo, a imagem que se construiu da Lacedemônia, enquanto um local detentor de um estilo de vida áustero, possivelmente estaria pautada na maneira como as Guerras do Peloponeso se desdobraram, segundo os relatos de Tucídides – na obra, *História da Guerra do Peloponeso*. Um fator que podemos indicar, através da documentação textual da Antiguidade Clássica, era que a *pólis* espartana mantinha práticas sociais singulares, se comparadas com as demais Cidades-Estado da Hélade³. Dentre as diversas particularidades que compunham os costumes político-sociais da Lacedemônia, nos propomos em analisar parte do seu sistema de governo, a saber: a Diarquia (δύο βασιλείς).

No intuito de podermos caracterizar a instituição político-social, que era a Diarquia, nos valem dos estudos propostos pelo helenista Humphrey Mitchell. Nas palavras do referido pesquisador, a Dupla Realeza consistiria na autoridade política de duas famílias reais, ou dinastias. No entanto, o Prof. Mitchell ao analisar os escritos do geógrafo grego Pausânias, enfatizou que essa forma de governo tão peculiar não teria ocorrido somente no território lacedemônio (MITCHELL, 1964: 101-102)⁴. Entretanto, se nos remetermos aos textos de Heródoto (*Histórias*), Tucídides (*História das Guerras do Peloponeso*), Xenofonte (*A Constituição dos Lacedemônios*) e Aristóteles (*Política*) poderemos pontuar que a Diarquia espartana, diferentemente de outros territórios, teria perdurado pelo maior tempo na história da Hélade, devido a sua institucionalização no meio social.

Sendo assim, utilizamos os indícios históricos presentes nas documentações textuais da Antiguidade, para que pudéssemos apreender os elementos de caráter político-sociais capazes de explicar as funções da dupla realeza no território da Lacedemônia. Como afirmou o cientista social italiano Carlo Ginzburg, ao interagir com os estudos elaborados pela Prof.^a Natalie Zemon Davis, o historiador ao relacionar os mais variados indícios históricos que se fazem presentes nas documentações, torna-se apto a conjecturar novas possibilidades para sua análise historiográfica (GINZBURG, 1989: 181-183). Nos apropriando dos apontamentos de Ginzburg, objetivamos ampliar o nosso campo de estudos históricos, tomando como base os indícios presentes nas documentações textuais de Heródoto de Halicarnassos (*História*), do ateniense Xenofonte (*Constituição dos Lacedemônios*) e do geógrafo helênico Pausânias (*Descrição da Grécia*).

Entretanto, para que pudéssemos efetuar este estudo nos valem da aplicação do método de análise historiográfica denominado de “*Análise do Conteúdo*”. Tal metodologia foi desenvolvida no Núcleo de Estudos da Antiguidade, pela Prof.^a Dr.^a Maria Regina Candido, com a finalidade de examinar a documentação textual de forma mais aprofundada. Consideramos a *Análise do Conteúdo* como a primeira etapa para se desenvolver a *Análise do Discurso*. A grade de análise do conteúdo foi desenvolvida pela Prof.^a Candido, com base na obra “*Semiótica e Ciências Sociais*”, de A. J. Greimas.

Ao dialogarmos os textos de Heródoto e Xenofonte notamos que ambos os autores clássicos afirmaram que o mítico legislador Licurgo teria sido o responsável pela boa ordem da *pólis* espartana (HERÓDOTO, I, 65.2; XENOFONTE, I, 2). Entretanto, diferentemente do autor de Halicarnassos, Xenofonte declarou que o mítico legislador de Esparta teria instituído também os compromissos que os reis deveriam ter para com a *pólis*, e seus cidadãos (XENOFONTE, XV, 1). O referido escritor ateniense expôs que era responsabilidade da realeza lacedemônia efetuar os sacrifícios públicos em nome da cidade, e assumir o comando dos exércitos sempre que fosse necessário (XENOFONTE, XV, 2). Em seus estudos a helenista Norte-Americana Sarah Pomeroy foi capaz de endossar o discurso de Xenofonte, ao afirmar que as prerrogativas dos reis (Βασιλείς) de Esparta se assemelhavam as dos reis da “*Idade Obscura*” da Hélade. Pomeroy caracterizou que a dupla realeza espartana exercia o poder militar, religioso e judiciário, no qual, um dos reis seria o responsável por comandar as forças armadas em expedições, e o outro supervisionaria os interesses internos da *pólis*, priorizando o equilíbrio e o bem estar social (POMEROY, 1999: 150). As palavras da Prof.^a Sarah Pomeroy nos possibilitou contrapor a visão de que a sociedade lacedemônia estaria voltada somente para os interesses relativos à guerra. Afinal, ainda que a dupla realeza detivesse uma atribuição guerreira, tais prerrogativas estariam intimamente atreladas ao ofício religioso. Esse fator evidencia a íntima relação que Esparta mantinha com o sagrado e com o cumprimento dos desígnios divinos⁵.

Heródoto, por sua vez, afirmou que a Diarquia era detentora das seguintes titulações: “*Zeus Uranios*” (Διός Οὐρανίου) e “*Zeus Lacedaimon*” (Διός Λακεδαιμόνοϋ). Devido a essas atribuições, segundo Heródoto, os mesmos poderiam levar a guerra aonde quisessem, sendo de responsabilidade do rei imolar as vítimas para obter presságios favoráveis no campo de batalha (HERÓDOTO, VI, 56.1). No entanto, devemos chamar a atenção para o fato de que as dinastias eram distintas, a começar pelos nomes. Antes de iniciarmos a análise sobre a maneira como a Diarquia foi instituída, podemos informar que haviam os Ágidas (Ἀγιάδων) e os Euripôntidas (Ευρυποντιδῶν), famílias provenientes, respectivamente, dos gêmeos Eurístenes (Εὐρυσθένης) e Procles (Προκλής). Os Ágidas seriam descendentes de Eurístenes, que por ser o mais velho dos irmãos tornou-se o detentor de uma maior representatividade política (HERÓDOTO, VI, 52.1). No que tange aos Euripôntidas as documentações textuais, por nós utilizadas, não nos fornece grandes informações de seu papel político-militar. Contudo, Heródoto deixa transparecer que os descendentes de Procles teriam um papel de auxílio junto aos Ágidas (HERÓDOTO, VI, 64). Estabelecendo um diálogo entre a documentação textual e a historiografia, utilizamos a proposta do historiador Miltiades Hatzopoulos, ao declarar que as atividades dos Ágidas estariam diretamente vinculadas com a relação que Esparta mantinha com o estrangeiro, enquanto que os Euripôntidas deveriam manter a harmonia civil no âmbito da Cidade-Estado espartana (HATZOPOULOS, 1970: 476). Através do discurso de Heródoto e dos apontamentos de Hatzopoulos e Pomeroy conjecturamos que os Ágidas seriam os representantes da condição de *Zeus Uranios*⁶, devido à maior representação política que obtiveram junto a Esparta. Já os Euripôntidas estariam vinculados a Zeus enquanto divindade tutelar do território da Lacedemônia, cuja responsabilidade seria manter o equilíbrio político da sociedade espartana.

Todavia, a representação político-social que a Diarquia adquiriu se fundamentava pela narrativa mítica do retorno dos Heráclidas (Ἡρακλειῖδαι), ou seja, descendentes de Hércules (Ἡρακλῆς) que teriam regressado, junto com seus aliados dóricos, para retomar o território do Peloponeso. Assim sendo, apresentamos os principais elementos que compunham esse relato

mítico de reconquista e a maneira como as famílias reais de Esparta teriam se valido do mito para legitimar seu poder político junto aos habitantes da Lacedemônia.

As diversas narrativas míticas que se construíram em torno do herói Hércules, na maioria dos casos culminavam com o estabelecimento da ordem por meio da força bruta, e no relacionamento do filho de Zeus com alguma mulher⁷. Dessa maneira nasceram os Heráclidas. Entretanto, como nos definiu o mitógrafo francês Pierre Grimal, o termo Heráclida passou a designar não somente os filhos de Hércules, e sim todos os seus descendentes (GRIMAL, 1997: 221).

Contudo, o único dos Heráclidas, cujo mito corresponde a nossa proposta seria Hyllos (Υλλου), o primogênito de Hércules e Dejanira (Δηϊάνειρα). Com a morte e apoteose de seu pai, os Heráclidas – liderados por Hyllos – teriam fugido do Peloponeso com o intuito de escaparem das investidas de Euristeu⁸ (Εύρυσθεύς), rei de Micenas, na Argólida (GRIMAL, 1997: 221-222). Nesse trecho, a narrativa apresenta duas variantes, uma na qual Hyllos, já adulto, teria se refugiado na Ática, e com a ajuda de Teseu (Θησεύς) conseguira matar Euristeu e seus filhos (GRIMAL, 1997: 222). Já na segunda variante, como nos apresentou o helenista Norte-Americano Nigel Kennell, Hyllos teria sido adotado por Egímio (Αιγίμιος), rei dos dórios, como uma forma de retribuir o auxílio que Hércules forneceu quando da contenda entre os dórios⁹ e os lápitas¹⁰ (KENNELL, 2010: 22; GRIMAL, 1997: 131).

Ao darmos continuidade à narrativa de Hyllos, este após vencer Euristeu teria se apoderado de todas as cidades do Peloponeso, porém, ao final de um ano, uma peste acometeu o reino dos Heráclidas. Ao tomar conhecimento das palavras do Oráculo de Delfos, Hyllos descobriu que os descendentes de Hércules haviam regressado para o Peloponeso antes do tempo fixado pela Moira (Μοῖραι)¹¹ (BRANDÃO, 2000: 542-543, 564-565; GRIMAL, 1997: 221-222, 228-229). Tomando conhecimento dos desígnios divinos, Hyllos e os Heráclidas teriam se fixado na planície de Maratona, na Ática. Contudo, como nos pontuou a historiografia, os descendentes de Hércules tinham Hyllos como o herdeiro da tradição paterna, e dessa maneira, era sua missão fazer com que os Heráclidas retornassem a sua verdadeira pátria. Sendo assim, Hyllos teria consultado a sacerdotisa de Apolo, em Delfos, e recebera como resposta do Oráculo que os descendentes de Hércules somente poderiam regressar após a “terceira colheita”. Ao final da terceira safra, Hyllos teria avançado sobre o Peloponeso (GRIMAL, 1997: 221; BRANDÃO, 2000: 543; KENNELL, 2010: 20-21).

Para que pudéssemos complementar as argumentações propostas pela historiografia, nos valem das afirmações de Heródoto de Halicarnassos, para que dessa forma possamos confrontar os escritos da modernidade com os discursos da Antiguidade Clássica. O autor das “Histórias”, no livro IX, ao narrar sobre a disputa entre atenienses e tegeatas para saber quais os helenos que deveriam ocupar a ala esquerda dos exércitos, ao lado dos lacedemônios, se remeteu ao período correspondente ao retorno de Hyllos ao Peloponeso (HERÓDOTO, IX, 26). Nas palavras de Heródoto, os Heráclidas teriam saído da Ática e ido em direção do Peloponeso, pelo Istmo¹² de Corinto. Com isso, os aqueus, os jônios e os tegeatas teriam se prontificado a enfrentarem os descendentes de Hércules, liderados por Hyllos. No entanto, com o intuito de se evitar o derramamento de sangue desnecessário, e para não expor os exércitos aos riscos de uma batalha, o primogênito de Dejanira propôs que o mais apto de todos os combatentes dentre os guerreiros peloponésios, o enfrentasse em um combate singular. Segundo o autor de Halicarnassos, foram feitos os devidos juramentos, nos quais, se Hyllos fosse o vencedor os Heráclidas se tornariam os detentores do território de seus antepassados, porém, se o guerreiro do Peloponeso vencesse, os descendentes de Hércules se

retirariam da região pelos próximos cem anos. Como nos apresentou Heródoto, o escolhido para enfrentar Hyllos, teria sido o rei da Tegéia e comandante dos exércitos peloponésios, Équemo (Ἐχέμος). Ao derrotar o Heráclida, Équemo fez com que o juramento se cumprisse, e os aliados de Hyllos se retiraram do Peloponeso (HERÓDOTO, IX, 26).

Endossando o ponto de vista de Heródoto, a historiografia por nós utilizada declarou que o neto de Hyllos, chamado Aristômaco (Ἀριστομάχου), teria consultado a Pítia mais uma vez. Essa teria proferido que os Heráclidas, que já se encontravam na “terceira colheita”¹³, obteriam sucesso em sua investida se atacassem o Peloponeso pela “via estreita”. Aristômaco, por sua vez, interpretou que a via estreita seria o Istmo de Corinto. Devido ao seu erro de interpretação, o neto de Hyllos foi morto nessa nova tentativa de reaver a “ilha de Pélops” (GRIMAL, 1997: 221).

Embora haja uma lacuna no discurso de Heródoto quanto ao destino dos Heráclidas após a morte de Hyllos, as informações fornecidas pelo geógrafo Pausânias são capazes de complementar a assertiva do autor de Halicarnassos. Na obra “*Descrição da Grécia*”, no livro III, Pausânias caracterizou que os Heráclidas teriam retornado para a Península do Peloponeso, na companhia dos Dórios, no período em que Tisamenus (Τισαμένος), neto de Menelau (Μενέλαος) e Agamemnon (Ἀγαμέμνων)¹⁴, reinava sobre Esparta. O referido geógrafo helênico complementa seus apontamentos ao ressaltar que os reinos da Messênia e de Argos também tiveram seus governantes depostos para que os Heráclidas subissem ao trono (PAUSANIAS, III, I. 5-6). Na opinião de Pierre Grimal, a conquista somente se tornou possível devido à correta interpretação do Oráculo efetuada por Temenus (Τήμενος), junto aos seus irmãos Cresphontes (Κρεσφόντης) e Aristodemus (Ἀριστόδημος). Nesse contexto da narrativa, por serem todos bisnetos de Hyllos, a linhagem se encontraria na “terceira colheita” (GRIMAL, 1997: 222).

Retomando os escritos de Pausânias, o referido autor da Antiguidade proferiu que Aristodemus teria falecido antes dos Heráclidas e dos Dórios terem retornado ao Peloponeso. Isso permitiu que seus filhos, Procles e Eurysthenes fossem os herdeiros após a reconquista. Pausânias nos informou que a Argólida ficou sobre o comando de Temenus, a Messênia foi entregue a Cresphonte, e a Lacônia ficou sob a responsabilidade dos filhos de Aristodemus (PAUSANIAS, III, I. 6-7). Por sua vez, as informações de Heródoto são capazes de confrontar os dizeres de Pausânias. Nas “*Histórias*” Heródoto pontua que Aristodemus reinou na Lacônia e chegou a ver seus filhos nascerem, mas teria morrido pouco tempo depois. Com a morte do referido Heráclida, os magistrados espartanos decidiram entregar o trono da Lacônia ao mais velho dos filhos de Aristodemus. Contudo, como os jovens eram gêmeos idênticos, tornou-se impossível discernir qual era o mais velho deles. Os lacedemônios, no entanto, ao consultarem a sacerdotisa de Apollo Pítio, em Delfos, receberam a resposta de que os dois jovens deveriam se tornar reis e que o mais velho deveria obter as maiores honrarias (HERÓDOTO, VI, 52). Seguindo o conselho de Panites (Πανίτην), homem proveniente da Messênia, os espartanos passaram a vigiar o comportamento de Argeia (Ἀργείην), esposa de Aristodemus, para com seus filhos. Com isso, os lacedemônios notaram que um dos jovens *Basileus* tinha a preferência de sua mãe nas horas correspondentes à alimentação e ao banho. Através desse estratagema, os magistrados de Esparta descobriram quem era o primogênito, e deram-lhe o nome de Eurysthenes (HERÓDOTO, VI, 52).

Embora, os primeiros reis Heráclidas de Esparta tenham sido Eurysthenes e Procles, seus descendentes foram denominados, respectivamente, de Ágidas¹⁵ e Euripôntidas¹⁶. Ao dialogarmos os escritos da documentação textual e dos trabalhos historiográficos,

conjecturamos a narrativa mítica entorno da instituição da Diarquia em Esparta. Entretanto, nós efetuamos uma discussão de cunho teórico para que fôssemos capazes de compreender o mito como uma forma de legitimação da dupla realeza na Lacedemônia.

Embora no mundo contemporâneo os relatos míticos sejam vistos, pelo público comum, como meras histórias fantasiosas utilizadas para entreterem crianças e jovens, nas sociedades Antigas como um todo, as narrativas míticas serviam para responder aos questionamentos sobre a origem do cosmos - ou o destino dos seres - e explicar os a maneira como as sociedades teriam se organizado. O historiador de religiões Mircea Eliade classifica esse tempo, no qual, o “*universo*” teria vindo à existência, como o “*Tempo Primordial*”. Para Eliade o “*Tempo Primordial*” corresponde ao fabuloso período dos inícios, que relata o momento da criação, no qual ocorreu a participação direta dos seres sobrenaturais. Isso teria possibilitado que a realidade viesse à existência (ELIADE, 1991: 06). No intuito de podermos endossar os pensamentos de Mircea Eliade, nos valem da proposta desenvolvida pela helenista Maria Regina Candido. Como esclareceu Candido através da narrativa mítica podemos ter acesso a episódios e acontecimentos de caráter político-sociais que foram capazes de marcar uma dita sociedade ao longo do tempo (CANDIDO, 2007: 56). Por sua vez, o Professor da Universidade de Tel Aviv, Irad Malkin ao afirmar que os Mitos são capazes de se tornar fatos históricos, quando articulam atitudes. Tal assertiva nos permitiu ampliar as possibilidades propostas pela Prof.^a Maria Regina Candido. Malkin explicita que, em alguns casos, os Mitos teriam sido idealizados com base em eventos contemporâneos (MALKIN, 1994: 03).

Mediante os argumentos dos referidos especialistas, podemos evidenciar que a narrativa mítica poderia ser utilizada por um determinado segmento social para legitimar um conjunto de práticas culturais, capazes de constituir um código de boa conduta. Segundo o romanista Carlos Eduardo da Costa Campos, os grupos sociais têm a necessidade de criar e imaginar, na intenção de justificar o seu próprio poder frente à sociedade, ou seja, “[...] *o imaginário social seria uma forma eficiente de controle da coletividade e também um meio de legitimação do poder dos indivíduos*” (CAMPOS, 2011: 06). Através das afirmações do Prof. Campos fomos capazes de atrelar a Narrativa Mítica, em torno da Diarquia espartana, ao conceito de *Imaginário Social* proposto pelo filósofo polonês Bronislaw Baczko.

Baczko, em seus trabalhos declarou que a esfera política poderia se valer do imaginário coletivo, almejando a legitimação de seu poder (BACZKO, 1984: 297). Ao identificarmos a narrativa mítica como um dos elementos que integram o *Imaginário Social* de um determinado grupo de indivíduos, somos capazes de afirmar que o mito do “*Retorno dos Heráclidas*” teria sido um dos meios pelos quais a realeza espartana pôde se manter no ápice da representação política entre os membros da sociedade lacedemônia. Dialogando com os escritos de Irad Malkin (MALKIN, 1994: 33-43) ainda que o retorno dos descendentes de Hércules não tenha ocorrido, ou até mesmo que a invasão dórica tenha sido uma criação dos atores sociais que viviam no território lacônico, seria através desse relato de caráter mitológico que a realeza conseguiu estabelecer um vínculo entre a esfera do sagrado e o plano mortal, para que assim sua autoridade pudesse ser legitimada entre seus pares.

Mediante as informações descritas acima podemos concluir que a Dupla Realeza espartana, se valeu da narrativa mítica acerca de Hércules e seus descendentes, para promover a coesão social entre os habitantes da Lacedemônia. Ao se utilizar do Mito do Retorno dos Heráclidas, foi possibilitada a Diarquia, a capacidade de assumir o papel de legítima herdeira do poder político-social de Esparta. Dessa forma, notamos que o mito, quando apropriado

pelos atores políticos de um determinado território, possibilita que esses indivíduos se valham da tradição sócio-cultural e sejam capazes de impor sua *Hegemonia de Poder* frente aos demais segmentos de sua sociedade.

Documentação Textual

HERÓDOTO. *História*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

HERODOTUS. *Histories* Vols.: I – IV. Trad.: A.D. Godley. Cambridge: Harvard University Press/ The Loeb Classical Library, 1975.

PAUSANIAS. *Description Of Greece*. Books VI – VIII. Trad.: W.H.S. Jones. London: William Heinemann Ltd./ The Loeb Classical Library, 1955.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Vol. I. Trad. Gilson C. Cardoso. São Paulo: Paumape, 1991.

XENOFONTE. *Scripta Minora*. Trad.: G.W. Bowersock. Cambridge: Harvard University Press/ The Loeb Classical Library, 1968.

Referências Bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Einaudi. Vol.I. Memória e História*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, pp.296-331.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega*. Vol. I. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. *As Reflexões sobre o Imaginário Social*. Revista história e –história. Campinas – SP, UNICAMP, 2011.
Site:<http://WWW.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=355>

CANDIDO, Maria Regina. *Medéia, Mito e Magia: a imagem através do tempo*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ; Fábrica do Livro, 2007.

DETIENNE, Marcel. *The Greek and Us – A Comparative Anthropology of Ancient Greece*. Trad.: Janet Lloyd. United Kingdom: Polity Press, 2007.

ELIADE, Mircea. *Mito y Realidad*. Barcelona: Editorial Labor, 1991.

GINZBURG, Carlo (et. Alli). *A Micro-História e Outros Ensaios*. Trad.: Antônio Narino. Lisboa: Difusão Editorial, 1989.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HANSEN, Mogens Herman. *Polis – An Introduction to the Ancient Greek City-State*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HATZOPOULOS, Miltiades. *Le culte des dioscures et la Double royauté à Sparte*. In: *École Pratique des Hautes Études, 5e section, Sciences Religieuses*. Annuaire 1971-1972. Tome 79. 1970. pp. 475-476.

KENNEL, Nigel M. *Spartans: A New History*. United Kingdom: Wiley-Blackwell, 2010.

LIPKA, Michael. *Xenophon's Spartan Constitution: Introduction, Text, Commentary*. Berlin; New York: de Gruyter, 2002.

MALKIN, Irad. *Myth and Territory in the Spartan Mediterranean*. Great Britain: Cambridge University Press, 1994.

MARCH, Jenny. *Cassell's Dictionary of Classical Mythology*. London: Cassell & Co, 2001.

MICHELL, Humphrey. *Sparta*. London: Cambridge University Press, 1964.

PEREIRA, Isidro. *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1998.

POMEROY, Sarah (org.). *Ancient Greece: a political social and cultural history*. New York: Oxford University Press, 1999.

¹ Podemos conceber o conceito de *pólis* através do espaço físico (que envolve a área urbana – *asty*, e a rural – *khora*) ocupado por uma dita sociedade e pela interação de caráter político, econômico, cultural, religioso e militar que esses indivíduos desempenhavam nesse meio social (HANSEN, 2006: 56-66).

² O helenista francês Marcel Detienne afirma que, os gregos seriam a matriz da cultura dos povos ocidentais por terem desenvolvido conceitos/práticas como liberdade, a filosofia e a democracia, elementos que caracterizam o espírito das sociedades do Ocidente (DETIENNE, 2007: xii).

³ Tomando por referência a obra “*Constituição dos Lacedemônios*”, da autoria de Xenofonte, podemos conjecturar que o comportamento político-social de Esparta não seria passível de comparação com as demais *pólis* helênicas.

⁴ O Prof. Mitchel pontuou que na Messênia teria ocorrido um caso isolado de dupla realeza, no qual um dos reis assassinou o irmão, e desde então não teria ocorrido um governo diárquico novamente (MITCHELL, 1964: 102). Em Pausânias vide: PAUSANIAS, IV, 4, 4).

⁵ Vale ressaltar que a Guerra entre os helenos era uma atividade ritual, vinculada ao plano do sagrado. Heródoto, por exemplo, todas as vezes que se remete a um conflito explicita o seu caráter religioso.

⁶ O epíteto *Uranios* detém o significado de celeste, maravilhoso, prodigioso, enorme, “*que se lança para o céu*” (PEREIRA, 1998: 417). A partir da definição proposta, associamos a idéia expressa pelo adjetivo com a proeminência dos reis da família dos Ágidas.

⁷ O Prof. Pierre Grimal e o especialista em Letras Clássicas Junito Brandão, nos apresentaram as principais narrativas acerca do filho de Alcmena. Ao longo das exposições propostas pô ambos os autores modernos, Hércules teria se relacionado com: as Cinquenta filhas do rei Téspio, com Mégara, com Astíoque, Parténope, Epicaste, Calcíope, Auge, Ônfale, Astidâmia, Autônoe, Meda, Dejanira e, por fim, a deusa Hebe (BRANDÃO, 2000: 514-543; GRIMAL, 1997: 205-221).

⁸ Como pontuou a historiografia, a deusa Hera teria ficado irada ao saber que um dos filhos de Alcmena, era também filho de Zeus. Dessa maneira a rainha dos deuses impôs a sua filha, a deusa Ilítia (responsável por

auxiliar as mulheres na hora do parto), que acelerasse a gestação de Euristeu, e atrasasse a de Hércules. Agindo assim, Hera fez com que Euristeu se tornasse o herdeiro de Micenas (BRANDÃO, 2000: 516-517).

⁹ Nos dizeres de Heródoto os dórios eram helenos descendentes de Doros, filho de Helen. Os mesmos habitariam a região da Grécia Central (HERÓDOTO, I, 56.3).

¹⁰ Os lápitas era um povo que habitava o Norte da Tessália (GRIMAL, 1997: 268).

¹¹ Como nos aponta o estudioso de mitologia Pierre Grimal, as Moiras eram a personificação do destino, no qual, nem os deuses seriam capazes de interferir em seus julgamentos. As três Moiras na narrativa de Hesíodo (Teogonia), seriam filhas de Nyx, porém, em outras narrativas eram filhas de Zeus e Themis. A Prof.^a Jenny March, por sua vez, acaba complementando a descrição de Grimal ao afirmar que, a primeira das Moiras, Clotho, é quem fia o destino; a Segunda, Lachesis, a que enrola o fio; e a terceira, Atropos, a que corta o fio do destino (GRIMAL, 1990: 278; MARCH, 2001: 320).

¹² Faixa de terra entre dois mares (PEREIRA, 1998: 281). O Istmo de Corinto conecta a região central da Grécia atual, com a península do Peloponeso.

¹³ Quando o primeiro Oráculo fora transmitido a Hyllos, o mesmo seria identificado como a primeira colheita, seu filho como a segunda, e seu neto Aristômaco, a terceira colheita. Tais fatores permitiriam que os Heráclidas retornassem ao Peloponeso devido ao tempo.

¹⁴ Convém lembrar que Hermione, filha de Menelau, teria se casado com Orestes, filho de Agamemnon. Dessa união teria nascido Tisamenus que, por sua vez, seria neto de ambos os referidos reis homéricos (GRIMAL, 1997: 451-453).

¹⁵ O historiador de Antiguidade Nigel Kennell afirmou, a partir dos estudos que elaborou mediante a análise dos textos do historiador grego Ephorus, que os Ágidas receberam esse epíteto devido aos grandes feitos do rei Ágis I, filho de Eurysthenes. Kennell mencionou que no reinado de Ágis os periecos (homens livres, sem a cidadania espartana) se tornaram tributários dos espartanos, porém, o povoamento de Helos, no Sul da Lacônia, se opôs a determinação da realeza lacedemônia. Mediante essas ações, Ágis submeteu os habitantes de Helos a condição de hilotas (servos estatais) (KENNELL, 2010: 79-80).

¹⁶ No que tange aos Euripôntidas recorremos ao biógrafo heleno Plutarco, na obra "*Vidas Paralelas*". Plutarco ao iniciar seu relato sobre a vida do legislador Licurgo, evidenciou que Euripon, rei epônimo da dinastia Euripôntida, teria diminuído parte de sua autoridade para que pudesse agradar ao povo, e conseguir o seu apoio (PLUTARCO, I, 2).